



Comissão Arco Atlântico

Declaração Final de Bilbao 2015

27ª Assembleia-Geral anual da Comissão Arco Atlântico

17/18 de março de 2015 – Bilbao (País Basco-Espanha)

Mensagens das Regiões atlânticas sobre o futuro do Arco Atlântico

2015 é um ano charneira para as Regiões atlânticas. Após longas negociações, as Regiões estão agora prontas para implementar os novos programas da política de coesão no período de 2014-2020. Os Programas Operacionais do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP) estão igualmente em curso de finalização. Acresce que o plano de investimento do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, foi validado pelo Conselho, a 18 de dezembro de 2014, e prevê disponibilizar 315 mil milhões de euros de investimentos públicos e privados para a economia real no decurso dos três próximos anos (2015-2017). De resto, a Estratégia Atlântica entra na sua fase operacional, com múltiplas ações previstas à escala da bacia marítima para libertar o potencial de crescimento azul.

Este contexto afigura-se-nos muito propício para lançar ações coordenadas de investimento nas Regiões do Arco Atlântico, dirigindo ao mesmo tempo mensagens fortes aos decisores europeus destinadas a facilitar a promoção desses esforços.

Por este motivo, os membros da Comissão Arco Atlântico, reunidos em Assembleia Geral, em Bilbao, a 17 e 18 de março de 2015, decidiram adotar a presente declaração final, marcando a vontade das Regiões atlânticas de desempenhar um papel proeminente na ação europeia, em particular na Estratégia Atlântica.

Os objetivos da presente declaração são:

1. Enviar mensagens claras às instituições europeias (Comissão, Parlamento, Conselho, Comité das Regiões e CESE) e aos decisores europeus sobre o nosso posicionamento estratégico e sobre as nossas propostas para o futuro;
2. Compendiar as ações empreendidas e em curso de desenvolvimento na Comissão Arco Atlântico da CRPM a fim de demonstrar o nosso empenho;
3. Identificar as questões prospetivas para os próximos anos, que constituirão os futuros eixos de trabalho da Comissão Arco Atlântico;
4. Envolver politicamente as Regiões do Arco Atlântico numa dinâmica europeia destinada a relançar o crescimento apoiando-se nos pontos fortes das Regiões atlânticas.

A nossa missão

A Comissão Arco Atlântico, que reúne 19 autoridades regionais oriundas de cinco Estados membros¹, é uma das seis Comissões Geográficas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM). Através de constantes intercâmbios de informações e de uma mobilização total, estas Regiões ambicionam transformar as Regiões periféricas atlânticas em territórios resolutamente virados para a inovação e para o futuro, promotores de crescimento económico e de coesão social e territorial.

As nossas mensagens aos decisores europeus

Primeira mensagem:

A Comissão Arco Atlântico pretende que a Estratégia Marítima Atlântica seja reconhecida a par das Estratégias Macrorregionais vigentes no Báltico e no Danúbio, nomeadamente. O vetor marítimo deve permanecer um pilar central desta estratégia, mas um reconhecimento da Estratégia Atlântica como Estratégia Macrorregional será benéfica em termos de visibilidade e de apropriação dos desafios.

As macrorregiões são instrumentos de governação úteis à consecução dos objetivos de crescimento e de emprego estabelecidos pela UE.

Desde 2009, a Comissão Arco Atlântico mobilizou-se fortemente a nível europeu para solicitar a criação de uma **estratégia macrorregional** atlântica modelada na Estratégia para o Mar Báltico. Esta visão, apoiada não só pelas redes atlânticas, como a Conferência das Cidades do Arco Atlântico (CCAA), a Rede Transnacional Atlântica (RTA-ATN), a Associação das Câmaras de Agricultura do Arco Atlântico (AC3A), mas também pelo Parlamento Europeu e, nomeadamente, pelo Deputado Alain Cadec (PPE, França), ambicionava preparar uma estratégia europeia talhada à medida dos territórios que partilham um espaço marítimo comum e, portanto, oportunidades e problemas comuns.

Esta solicitação resultou, em 2011, numa “Estratégia Marítima Atlântica”², focalizada nos problemas marítimos, primordiais mas, não obstante, incompletos na perspetiva das Regiões atlânticas. Não estabelecia a relação entre as atividades no mar e as atividades em terra, tal como não mencionava as questões relativas ao transporte e à acessibilidade.

A Comissão Arco Atlântico faz questão de saudar o trabalho realizado pela DG Mare, que coordena a Estratégia Marítima, em prol da criação de um “Fórum Atlântico” que permitiu reunir durante cerca de dois anos (2011-2013) um grande número de partes interessadas provenientes do meio marítimo nos cinco Estados atlânticos. A Comissão Arco Atlântico manteve-se mobilizada durante a vigência do Fórum Atlântico para que o Plano de Ação, finalmente adotado em maio de 2013,³ pudesse refletir cabalmente as realidades dos territórios: tecido económico e base industrial existentes, importância dos portos, relação entre o litoral e o interior, áreas com forte potencial de desenvolvimento, etc.

Tendo este objetivo em mente, a nossa contribuição⁴, em 2013, permitiu identificar as áreas de investimento prioritárias para as Regiões do Arco Atlântico listadas sob cinco prismas: acessibilidade e transportes, economia e indústrias marítimas, clima e ambiente, investigação e inovação, atratividade dos territórios.

¹ Os cinco Estados membros atlânticos são: Portugal, Espanha, França, Irlanda e Reino Unido

² COM (2011) 782 final: http://ec.europa.eu/maritimeaffairs/policy/sea_basins/atlantic_ocean/documents/com_2011_782_fr.pdf

³ COM (2013) 279 final: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2013:0279:FIN:PT:PDF>

⁴ Contribuição da Comissão Arco Atlântico da CRPM para o convite da Comissão Europeia à apresentação de sugestões quanto às prioridades do Plano de Ação da Estratégia Atlântica adotada a 13/02/13: <http://arcatlantique.org>

A Comissão Arco Atlântico felicitou-se que o Plano de Ação da Estratégia Atlântica tenha retomado em larga medida as propostas que defendia e que tenha sido associada ao comité de pilotagem. O êxito do “Atlantic Stakeholder Platform Forum” no Porto, a 20 de janeiro de 2015, prova o interesse dos agentes no terreno por este tipo de iniciativa integrada e mostra que o potencial de crescimento nas Regiões atlânticas é importante.

A nossa mensagem a favor do reconhecimento da Estratégia Marítima Atlântica como Estratégia Macrorregional deve, pois, entender-se num objetivo de visibilidade e de clareza dos desafios. As Estratégias Macrorregionais são agora muito largamente reconhecidas como um novo instrumento capaz de favorecer e facilitar a cooperação entre territórios com problemas comuns (bacias marítimas, zonas montanhosas, bacias hidrográficas, etc.). Beneficiam de um apoio ao mais alto nível (comissários, chefes de estado e de governo, etc.) contrariamente às Estratégias Marítimas que parecem mais técnicas e menos políticas. Foi constituído um grupo de trabalho no Conselho para acompanhar os progressos das Estratégias Macrorregionais com reuniões pontuais e trocas de impressões sobre os meios disponíveis para facilitar a sua execução.

Convertendo-se oficialmente em estratégia macrorregional, a Estratégia Atlântica poderá beneficiar não só de maior visibilidade a nível europeu, de maior apropriação a todos os níveis, mas também de instrumentos concebidos para ajudar a execução destas Estratégias Macrorregionais e dos seus planos de ação nos territórios.

Segunda mensagem:

A Comissão Arco Atlântico convida a Comissão Europeia a apoiar-se nas prioridades das Estratégias de Especialização Inteligente (S3) das Regiões atlânticas, bem como no Plano de Ação da Estratégia Atlântica na programação dos fundos europeus até 2020. Tal permitirá fazer coincidir os fundos disponíveis com as expectativas dos territórios no domínio da economia marítima.

A Comissão Arco Atlântico saúda o domínio de intervenção “Crescimento azul” lançado no âmbito do novo programa de investigação e inovação “Horizonte 2020”, bem como a existência, pela primeira vez, de um orçamento específico para a política marítima integrada (PMI) no seio do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca (FEAMP).

A Comissão Arco Atlântico deseja que o apoio à economia marítima seja reforçado nos outros fundos setoriais da União Europeia (COSME, LIFE, etc.) a fim de permitir uma mobilização dos fundos europeus à altura do desafio económico que a economia marítima representa. Esta mobilização permitirá, além disso, apoiar as prioridades da Estratégia Atlântica.

Neste contexto, as Regiões atlânticas dão o exemplo porquanto as suas Estratégias de Especialização Inteligente (S3) comportam uma dimensão fortemente marítima que permitirá direcionar fundos europeus (fundos estruturais e de investimento) para prioridades marítimas. Esta dimensão será evidenciada por um documento de síntese em curso de preparação que visa especificar as prioridades marítimas em todas as Estratégias de Especialização Inteligente das Regiões membros da Comissão Arco Atlântico. Este trabalho permitirá não só construir a vertente atlântica da plataforma⁵ europeia sobre os investimentos marítimos ligados às estratégias S3 lançada pela CRPM, mas também reforçar a contribuição da Comissão Arco Atlântico para a execução da Estratégia Atlântica.

Foram já identificados inúmeros projetos nas Regiões do Arco Atlântico (ver o Plano de Ação de 2013)⁶. As convocatórias para apresentação de projetos específicos “economia marítima” ao abrigo dos fundos existentes permitiriam uma rápida declinação operacional deste Plano de Ação, crucial para os territórios atlânticos e para o êxito da Estratégia Atlântica.

⁵ Cf. Nota técnica da CRPM apresentada à Mesa Política de Nantes (27 de fevereiro de 2015) – «Plateforme européenne sur les investissements maritimes liés aux stratégies régionales de spécialisation intelligente»: crpm.org

⁶ http://arcatlantique.org/pdf/doc_travail/609_pt.pdf

Terceira mensagem:

A Comissão Arco Atlântico ambiciona que o Plano Juncker permita financiar grandes projetos estruturantes nas Regiões atlânticas. A Comissão Arco Atlântico dispõe, desde já, de propostas a transmitir, nomeadamente no atinente ao setor da náutica, da eficácia energética e das indústrias marítimas, incluindo as energias marinhas renováveis.

Divulgado a 26 de novembro de 2014, o plano de investimento Juncker entende gerar entre 330 e 410 mil milhões de euros na economia real e criar 1,3 milhão de postos de trabalho no decurso dos três próximos anos (2015-2017) para relançar o crescimento e reduzir o desemprego, encorajando ao mesmo tempo os investidores a um maior envolvimento. A CRPM e a sua Comissão Arco Atlântico partilham a análise da Comissão Europeia sobre a necessidade de estimular o investimento e de criar condições propícias à recuperação económica.

Para a Comissão Arco Atlântico, este plano de relançamento da economia europeia deve financiar projetos de valor acrescentado europeu, dimensão que não está suficientemente presente na proposta de Plano Juncker. O Plano Juncker deve dar prioridade a projetos de importância estratégica europeia, como os suscetíveis de contribuir para os objetivos do Plano de Ação da Estratégia Atlântica.

A este título, o projeto de parecer de Lambert van Nistelrooij (PPE, NL), deputado europeu, membro da Comissão do Desenvolvimento Regional, frisa que, embora a viabilidade dos projetos seja o critério essencial para o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), é importante assegurar um equilíbrio geográfico na Europa. Para a Comissão Arco Atlântico, este plano de investimento só terá valor acrescentado se for desenvolvido em consonância com as estratégias implementadas pela União Europeia, tal como a Estratégia para o Crescimento Azul e a Estratégia Atlântica.

Na sua declaração adotada na reunião da Mesa Política de Nantes, a 27 de fevereiro de 2015⁷, a CRPM sublinha um elemento essencial: as Regiões são legítimas e têm experiência na articulação entre os investidores públicos e privados para gerar crescimento e criar postos de trabalho nos seus territórios. Para as Regiões atlânticas, estimular o crescimento só pode fazer-se em coerência com as Estratégias de Especialização Inteligente (Estratégias S3) que foram preparadas pelas Regiões para estabelecer um vínculo eficaz entre o investimento e os setores económicos de elevado potencial nos seus territórios. O quadro dos projetos à escala atlântica identificados pelas Regiões no nosso documento de 2013 associado à análise da dimensão marítima das S3 nas Regiões atlânticas faz que as Regiões membros da Comissão Arco Atlântico estejam preparadas para transmitir propostas de projetos à altura das expectativas dos territórios para definir uma política de investimento europeia. A fim de transmitir estas mensagens, a Comissão Arco Atlântico criou uma *Task Force* “Plano Juncker”.

Quarta mensagem:

A Comissão Arco Atlântico convida a União Europeia a aplicar uma estratégia marítima industrial integrada. Com efeito, o potencial de crescimento e de emprego nas indústrias marítimas é real nas Regiões atlânticas e deve ser apoiado a nível europeu.

As indústrias marítimas (energias marinhas, construção naval, pesca, navegação de recreio, aplicação marítima de hidrogénio, etc.) representam atualmente uma grande parte da economia das Regiões atlânticas. A Comissão Arco Atlântico considera que as indústrias marítimas são o pilar do crescimento azul e que o seu reforço é uma condição *sine qua non* da execução da Estratégia Atlântica.

A Comissão Arco Atlântico deseja que a futura revisão da Estratégia do Crescimento Azul reconheça o peso destas indústrias e o papel que desempenham na emergência e no desenvolvimento das fileiras marítimas. A Comissão Arco Atlântico considera que a União Europeia deve criar instrumentos

⁷ Cf. Nota técnica da CRPM apresentada à Mesa Política de Nantes (27 de fevereiro de 2015) - «Plateforme européenne sur les investissements maritimes liés aux stratégies régionales de spécialisation intelligente»: www.crpm.org

adaptados para que as indústrias marítimas prossigam a sua dinâmica de diferenciação e de diversificação e transformem a Europa, em particular a bacia atlântica, em ator de primeiro plano na economia marítima.

Esta estratégia industrial deverá permitir investir maciçamente na **investigação** a fim de financiar pilotos e demonstradores para acelerar a industrialização das novas tecnologias. A Comissão Arco Atlântico deseja sobretudo chamar a atenção das Instituições europeias para o papel da I&D no desenvolvimento das PME. Considerando que a **inovação** não deve ser o apanágio de grandes grupos, as Regiões atlânticas estimam indispensável facilitar o acesso das PME ao programa Horizonte 2020. Esta estratégia deverá apoiar as **formações** nas profissões industriais do futuro, nomeadamente em torno de novos materiais ou componentes eletrónicos, cada vez mais integrados nos navios e nas turbinas eólicas.

A Comissão Arco Atlântico recorda por fim o potencial da bacia marítima atlântica para desenvolver as energias marinhas renováveis como exposto numa nota política validada, em Umeå, em setembro de 2014⁸. A este título, a CAA convida a União Europeia a acelerar o desenvolvimento das energias marinhas renováveis mediante apoio à formação, inovação e industrialização.

Quinta mensagem:

A Comissão Arco Atlântico solicita que a ativação do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) possa fazer-se mediante pedido a nível multirregional e não apenas nacional. O objetivo é que o FSUE possa ser ativado na sequência de uma importante catástrofe climática que afete simultaneamente várias Regiões europeias sem, no entanto, atingir os limiares nacionais fixados pelo FSUE.

O FSUE foi criado, em 2002, na sequência das graves inundações que afetaram a Europa central, a fim de dar apoio financeiro aos Estados membros da UE em caso de catástrofe natural de grandes proporções que cause prejuízos diretos superiores a três mil milhões de euros (segundo preços de 2011) ou 0,6% do rendimento nacional bruto do país em causa, sendo considerado o montante que for mais baixo. Na sequência da revisão de 15 de maio de 2014⁹, foram fixados limites regionais (ao nível NUTS 2) em caso de “catástrofe natural regional” para prejuízos diretos superiores a 1,5% do produto interno bruto (PIB) dessa região, o que representa um progresso que a Comissão Arco Atlântico faz questão de saudar. No entanto atualmente, o FSUE só pode ser ativado a pedido de um governo nacional.

A Comissão Arco Atlântico deseja interpelar os decisores europeus sobre o facto de este mecanismo não se adaptar às realidades das tempestades marítimas que as Regiões atlânticas registaram e registam com frequência.

No decurso do inverno de 2013-2014, três tempestades sucessivas de rara intensidade varreram o conjunto das Regiões da fachada atlântica. Certas Regiões afetadas (Espanha e Reino Unido, nomeadamente) solicitaram ao respetivo Estado que ativasse o FSUE, mas o seu pedido não foi atendido por diversas razões: ou porque o montante dos prejuízos estimados não atingia o limiar nacional fixado pelo FSUE ou porque estas tempestades afetavam uma parte muito pequena do seu território ou ainda por outros motivos de ordem política (vontade do Estado de não recorrer a este mecanismo).

Considerando que as manifestações climáticas não conhecem fronteiras nacionais e considerando a vulnerabilidade do litoral atlântico, afigura-se-nos crucial que a solidariedade europeia se possa exercer de modo equitativo em todos os territórios afetados pelas mesmas catástrofes. Para tanto, **solicitamos que possa ser declarado um estado de “catástrofe natural europeia” a fim de desencadear a intervenção do FSUE em todas as Regiões afetadas** pela mesma manifestação climática.

⁸ Cf. Nota da Comissão Arco Atlântico votada em reunião plenária em Umeå (24 de setembro de 2014): «Les EMR, des gisements de croissance pour les Régions atlantiques»: http://arcatlantique.org/pdf/doc_travail/690_fr.pdf

⁹ Regulamento (UE) n° 661/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, que altera o Regulamento (CE) n° 2012/2002 do Conselho, que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/FR/TXT/?uri=CELEX:32014R0661>

Numa primeira fase, várias autoridades regionais poderiam unir-se para apresentar um pedido à Comissão Europeia combinando os prejuízos de forma a atingir os limiares fixados pela Comissão. Numa segunda fase, todo o mecanismo de ativação do FSUE e os limites atuais deveriam ser revistos para se aproximar da realidade dos fenómenos climáticos extraordinários cada vez mais violentos e mais frequentes, sobretudo na costa atlântica.

Sexta mensagem:

O corredor atlântico e o corredor Mar do Norte-Mediterrâneo da Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T) devem ser criados para a parte existente e completados/aperfeiçoados tendo em conta as Regiões que não lhes estão ligadas. O presente traçado dos corredores deve responder mais cabalmente aos desafios atuais e futuros do conjunto das Regiões atlânticas.

Estes corredores foram realizados sem ter em conta as realidades de todos os territórios atlânticos nem as suas perspetivas de desenvolvimento. O traçado dos corredores prioritários foi determinado segundo critérios de volume e de intensidade de fluxos num objetivo de conexão entre três Estados membros ou mais, e não representam a realidade dos fluxos de transporte. O que prejudica os países ou as zonas com pouca densidade populacional, bem como as zonas de maior perifericidade.

O traçado atual do corredor atlântico e do corredor Mar do Norte-Mediterrâneo não leva suficientemente em conta o caráter periférico das Regiões atlânticas. Reforça assim a perifericidade e o isolamento destas Regiões afastando-as do centro da UE e estabelecendo uma rutura em termos de coesão territorial, que é, no entanto, um objetivo da União Europeia.

O acordo com o Canadá¹⁰ deixa entrever perspetivas mais importantes de comércio e de transporte marítimo entre os portos atlânticos europeus e os portos canadianos. De igual modo, a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (PTCI ou TTIP, na sigla inglesa)¹¹, que prevê multiplicar as trocas comerciais entre a Europa e os EUA, terá uma incidência importante nos portos da fachada atlântica. Este aumento do tráfico a curto e a médio prazo deve ser preparado desde já reforçando as ligações ferroviárias Oeste-Leste a fim de oferecer um escoamento às mercadorias que entram pelos portos atlânticos. Deve ser dada prioridade a uma melhor ligação entre estes portos e o corredor atlântico na política da RTE-T de modo rápido e eficaz.

A acessibilidade é um elemento essencial para atrair os investidores. Para desenvolver a economia destas Regiões, é necessário estabelecer rapidamente verdadeiras ligações intraeuropeias, o que os atuais mapas da RTE-T para o Atlântico, tal como estão, não permitem.

Por estes motivos, solicitamos aos cinco Estados atlânticos, à Comissão Europeia e ao Parlamento Europeu que prevejam rapidamente uma profunda melhoria dos mapas no que diz respeito ao corredor atlântico e ao corredor Mar do Norte-Mediterrâneo a fim de o ligar, por um lado, aos portos da fachada atlântica e, por outro, ao resto da rede europeia, e de melhorar as ligações entre Irlanda e o Reino Unido.

Para além disso, no momento em que a Comissão Europeia e o coordenador europeu preparam uma revisão do conceito das autoestradas do mar e da sua execução, as Regiões atlânticas esforçar-se-ão por assegurar que o próximo dispositivo seja adaptado às características – e às vantagens – do seu espaço comum. No Arco Atlântico, a opção marítima oferece um grande potencial de desenvolvimento se for apoiada por instrumentos europeus que se inscrevam numa perspetiva de longo prazo.

¹⁰ Accord Economique et Commercial Global (AECG) / Comprehensive Economic and Trade Agreement (CETA) : http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ceta/index_fr.htm

¹¹ Mais informações sobre o TTIP : http://ec.europa.eu/trade/policy/in-focus/ttip/index_fr.htm

Estas **seis mensagens constituem apelos lançados aos decisores europeus** no sentido de melhorar o funcionamento dos mecanismos europeus existentes para benefício das Regiões atlânticas. O objetivo é reforçar a coesão económica, social e territorial no Atlântico, bem como a saída da crise mediante uma política de investimento orientada e eficaz.

A presente Declaração Final é também uma **prova do empenho dos membros da Comissão Arco Atlântico em prol de uma maior visibilidade da Europa nos territórios atlânticos**. A Estratégia Atlântica pode ser um bom instrumento, desde que seja politicamente reconhecido e apoiado a todos os níveis de governação.

Para fazer da Estratégia Atlântica uma realidade e um êxito nos territórios em causa, a concertação, o intercâmbio, o confronto das ideias e o diálogo são essenciais. A Comissão Arco Atlântico, na qualidade de plataforma de autoridades regionais, desempenha o papel de facilitador de diálogo entre as Regiões e as instituições europeias.

A Comissão Arco Atlântico desempenha também um papel de “**laboratório de ideias**”; lançando propostas de mais longo prazo, a Comissão Arco Atlântico deseja fazer avançar o projeto europeu. Para tanto, a Comissão Arco Atlântico compromete-se a prosseguir os seus trabalhos de maneira pró-ativa e prospetiva em novos setores emergentes: as biotecnologias azuis, o desenvolvimento da algocultura, a captura e o armazenamento de carbono, a exploração mineira dos fundos marinhos, etc.

Graças a um forte compromisso das nossas Regiões, em contacto permanente com os agentes no terreno, a Comissão Arco Atlântico tem e terá capacidade para transmitir propostas concretas aos decisores europeus a fim de melhorar o presente e imaginar o futuro.

Aprovada por unanimidade pela Comissão Arco Atlântico